

# Crítica faz Sarney

O GLOBO

ECONOMIA • 19

# cancelar viagem a SP

**BRASÍLIA** — O discurso do Presidente da Anfavea — Associação Nacional de Veículos Automotores — André Beer, na abertura do Salão do Automóvel, ontem, em São Paulo, fez o Presidente José Sarney desistir de participar da solenidade. A decisão foi tomada na noite da última quarta-feira, menos de doze horas antes do embarque para aquela Capital. Depois de tomar conhecimento do texto que seria lido pelo patrocinador do evento, Sarney telefonou para o Governador Orestes Quérzia e explicou que "seria constrangedor ouvir, naquela oportunidade, as críticas que seriam feitas por André Beer à nova Constituição".

A informação foi prestada pelo próprio Governador Orestes Quérzia à saída do Palácio da Alvorada, onde esteve com Sarney pouco antes da reunião dos Governadores do PMDB com o Deputado Ulysses Guimarães. Os motivos do cancelamento da viagem de Sarney só foram esclarecidos por Quérzia perto das quatro horas da tarde, e com a exigência de que o esclarecimento fosse "em off". Desligados os gravadores e câmeras de TV, Quérzia reproduziu o diálogo que tivera com Sarney na noite anterior.

Menos de uma hora depois, houve um desmentido por parte do Porta-Voz da Presidência, Carlos Henrique de Almeida Santos. Na versão oficial, o Presidente havia decidido ficar em Brasília para finalizar os preparativos de sua viagem, hoje à União Soviética.

— Surgiu uma série de problemas de última hora que dependiam da decisão do Presidente antes do seu embarque — explicou o Porta-Voz.

No horário marcado para o embarque para São Paulo, só não compareceram à Base Aérea o Presidente, o Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denis e Carlos Henrique.

Os demais membros da comitiva e convidados de Sarney não foram avisados do cancelamento e muitos acabaram viajando com o Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, que representou o Presidente na solenidade.

Em seu discurso, o Presidente da Anfavea formulou fortes críticas à discriminação constitucional contra o capital estrangeiro, afirmando que "se as multinacionais não encontrarem aqui clima favorável para realizarem seus investimentos, certamente vão se dirigir para o novo oásis econômico, representado pelos novos países industrializados".

Em resposta, o Ministro da Indústria e Comércio afirmou ainda virão muitas leis complementares, que regulamentarão o texto constitucional.



Foto de Silvio Corrêa

Beer, da Anfavea, e o Ministro Cardoso Alves, junto ao Venture, da GM

## FRASES QUE IRRITARAM O PRESIDENTE

Para uma nação que deseja, acima de tudo, a prosperidade de seu povo, é vital repensar sua estratégia de relacionamento com o capital externo.

Estamos vivendo... sob uma nova norma constitucional... que avançou muito em alguns pontos... mas que, efetivamente, deu passos para trás no que diz respeito à ordem econômica... As empresas do nosso setor são multinacionais no conceito... É por isto que não podemos esconder nossa deceção diante do tratamento discriminatório a que essas empresas foram submetidas na nossa nova Constituição...

Recente avaliação dos custos mensuráveis proporcionados pela nova Constituição mostra que seus benefícios trabalhistas implicarão aumento substancial nas folhas de pagamento. Mas, por mais oneroso que seja absorver este tipo de custo, mais preocupante é a discriminação levantada contra as empresas multinacionais e o capital externo.

Ou abrimos nossos olhos, ou fechamos as nossas portas... O momento é difícil. Nestas circunstâncias, o que pode solicitar ao Governo um setor maduro, forte responsável? A resposta é simples: pouca e muita coisa ao mesmo tempo, pois tudo o que desejamos é que nos deixem trabalhar... é liberdade para empreender, para investir, para consolidar nossa força no cenário mundial...

Mas quando pedimos que nos deixem trabalhar, fica patente o desejo, a necessidade de fazermos uso da plena liberdade para a prática de preços, de dependermos cada vez menos da máquina burocrática nos processos de importação e exportação, bem como de não estarmos submetidos a artifícios de política fiscal.